



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 6 DE DEZEMBRO DE 2017

Acta n.º 4

Aos seis dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezassete, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de vinte e sete de Novembro e aditamento de vinte e nove de Novembro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

PONTO DOIS: Aprovação da ata da sessão de 8-11-2017; -----

PONTO TRÊS: Eleição de um Membro da Assembleia Municipal a integrar o Júri do Regulamento de Bolsas de Estudo Ensino Superior do Município de Albufeira; -----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para Fornecimento de Pilaretes e Fixação no Concelho de Albufeira, até ao Limite de 149.000,00 euros + IVA; -----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Direto para Fornecimento Contínuo de Pneus, Câmaras de Ar e Prestação de Serviços Conexos, até ao Limite de 59.160,00 euros +IVA; -----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para a Prestação de Serviços de Transporte Coletivo de Passageiros em Circuitos Não Defenidos, até ao Limite de 208.000,00 Euros +IVA; -----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Direto para a Prestação de Serviços de Transporte Coletivo de Passageiros em Circuitos Não Definidos, até ao Limite de 4.900,00 Euros + IVA; -----

PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Procedimento por Concurso Público para Aquisição de Serviços para Reconhecimento Geológico-Geotécnico do Túnel de Desvio de Caudais entre a Ribeira de Albufeira, junto à EM 395 e o Porto de Abrigo - Aprovação de Nova Repartição de Encargos; ----

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento das Atividades de Comércio a Retalho e Restauração e Bebidas Não Sedentários do Município de Albufeira; -----

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Delegação de competência para assunção de compromissos plurianuais no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso; -----

PONTO ONZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 7ª Revisão do Orçamento para o ano 2017; -----



PONTO DOZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 7ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2017-2020; -----

PONTO TREZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Orçamento para o ano 2018, incluindo Mapa de Pessoal; -----

PONTO CATORZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, das Grandes Opções do Plano 2018/2021; -----

PONTO QUINZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Transferência para o ano 2018 dos saldos dos compromissos existentes à data de 31 de dezembro de 2017; -----

PONTO DEZASSEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Direto para Locação de Módulos Sanitários e outros para Mercados Quinzenais, Feira Franca e outros Eventos do Município de Albufeira;-----

PONTO DEZASSETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Direto para Aquisição de Serviços de Hipoterapia (Equitação Terapêutica);-

PONTO DEZOITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Fornecimento Contínuo de Combustíveis Rodoviários, em Postos de Abastecimento Públicos e a Granel, em Portugal Continental, até ao Limite Global de 1.880.850,00 Euros, Mais IVA, ao Abrigo do Acordo Quadro da AMAL (Artigos 257º, 259º, 139º e 146º A 148º do CCP, Aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008 de 29 de Janeiro, na Atual Redação);-----

PONTO DEZANOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para Controlo Analítico Contínuo do Sistema de Abastecimento de Água para Consumo Humano no Concelho de Albufeira;-----

PRESENCAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Fernando Manuel de Sousa Gregório (PS), João Alexandre Sequeira Jorge da Silva (PSD), Ana Isabela da Palma Gordinho Almeida Ramos (PS), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Fernando Vieira Vitória Cabrita (PS), Ana Cristina Neves Pinto Oliveira (PSD) Pedro Ricardo Pires Coelho (PS), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD) (21:10), Miguel Ângelo Rodrigues Pinheiro (BE), Maria Emília Bexiga Santos Rodrigues Sousa (PS), Renato José Martins Miguel Pimenta (CDU), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD) Isabel Maria Louzeiro Machadinho (membro suplente PAN), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (membro suplente PSD), Roberto Manuel da Silva Raposo (PS), José



Manuel da Bota Sequeira (PSD), bem como os Presidentes de Juntas de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Guia - Dinis Nascimento, de Paderne - Miguel Coelho e o secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras - José Estevão. ---

Quórum - vinte e cinco presenças. -----
Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara, Carlos Eduardo da Silva e Sousa e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, José Carlos Rolo, Victor de Oliveira Ferraz, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaro Dinis, Sara Luisa Ascensão Marques Carvela Serra e Rogério Pires Rodrigues Neto. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Ildefonso Rodrigues: " Boa noite, o meu assunto é o seguinte, eu vendo faturas e churros, e estou ali há alguns anos no Bairro dos Pescadores, eu gostaria de saber como é que vai ficar a minha situação, como aquele espaço ali não tem assim grandes condições, eu já várias vezes tentei passar para um local mais visível, melhor, o ano passado, foram criadas ali condições, para eu mudar de lugar, eu pedi à Câmara, não foi aceite, eu gostaria de saber como é que vai ficar a minha situação, é só isso."-----

Maria Santos: "Boa noite, a minha questão deve-se com a venda ambulante, e tenho uma pergunta para ficar registada, deve-se ao Regulamento, que acompanha o pré regulamento que está a acompanhar a mesma, uma sugestão que fosse contemplada nesse regulamento, que houvesse a possibilidade de fazer alterações, a nível de benefícios nas bancas."-----

Olimpia de Sousa: " Boa noite, são umas quantas perguntas, Senhor Presidente, primeiro é para perguntar se os lugares da Cândido dos Reis, se mantêm todos, se não, quais os que saem e porquê? Se este assunto esteve em discussão pública, e os vendedores deviam ter sido informados de um projecto regulamento e porquê que não fomos? Se a Assembleia faz uma Comissão de acompanhamento do Regulamento do Licenciamento Comercial, não é estranho que não tenha feito para a venda ambulante? As bancas são a única fonte de subsistência para muitas famílias, se estão acautelados os direitos destas pessoas? E de que forma a Assembleia Municipal nos vai proteger como cidadãos deste concelho, quanto á questão dos direitos adquiridos. É só isso que nós queremos saber".-----

Suzel Pimenta: "Boa noite a todos os presentes. Senhor Presidente, na última Assembleia intervim no sentido de alertar sobre a situação do espaço envolvente do Polidesportivo da Quinta da Palmeira, Polidesportivo e todo o espaço envolvente, a falta de limpeza, de iluminação e manutenção do espaço. Passados quinze dias, verifico



que as papeleiras se mantêm na mesma com os dejectos lá dentro, não foram limpas, isto parece que andamos a brincar com alguém, o Senhor Presidente ou aponta ai as coisas numa pedra de gelo, ou não passou a mensagem a alguém para ir lá fazer a limpeza, acontece que todo aquele espaço, a Rua da Oliveira, em plátanos, levam montes de folhagem, houve chuvas há uma semana atrás, dez dias, foi o que foi, logo com inundações, porque as folhagens não são retiradas e o que verifico não é a manutenção ou a falta de iluminação não ter sido reparada, porque isso se calhar requer mais algum tempo, mas a situação das papeleiras estarem cheias de lixo e não serem limpas durante quinze dias é de lamentar, é só."-----

Carlos Coelho: " Boa noite, trago aqui umas questões, trago aqui à Assembleia que é o seguinte, em meu nome e em nome de muitos munícipes e em particular fregueses de Olhos de Água, vemos o Giro, alargar o seu percurso até aos Olhos de Água, dando mesmo a volta entre as zonas de Açoteias, Patã de Baixo (junto à escola denominada de Vale de Carros) e seguir por Vale da Azinheira, Branqueira e Albufeira. Pois este tipo de transporte apenas chega até ao Vale Navio, o que em nada serve os habitantes e estudantes dos Olhos de Água. Outra situação, é a de como já tenho visto, em algumas zonas da cidade de Albufeira e considero que é uma excelente iniciativa e dinheiro muito bem gasto, a questão das passadeiras, serem construídas em pedra de calçada, que por sua vez, se torna bem visível e cuja manutenção é praticamente zero, ou seja fica muito mais barato ao município e aos contribuintes. Enaltecer a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, bem como ao Senhor Vereador do respectivo pelouro, na questão da sinalética, que foi colocada recentemente indicando zonas como Beato Vicente, contudo falta indicar a Igreja Matriz, porque boa parte dos turistas que nos visitam de carro, não conseguem ter indicação adequada para lá chegarem, talvez aqui seja necessário um pequeno reparo nalguns pontos que estão em falta e que são cruciais. Também a construção de uma rampa de acesso a pessoas deficientes à Igreja Matriz, que segundo um estudo feito, junto da mesma, é fácil não é muito dispendioso e é urgente, a marcação de dois lugares com desenho no pavimento e placa vertical, a indicar lugar reservado ao Pároco, porque constantemente nota-se viaturas estacionadas no lugar, que apenas diz, Centro Paroquial, de certa forma, dificulta depois o estacionamento, porque ele é o único Padre a servir esta comunidade de Albufeira e Olhos de Água, com três Centros Pastorais e anda dum lado para o outro e não tem estacionamento, é só."-----



Rosa Almeida: " Boa noite, até então tenho tido a licença de ocupação da via pública, na 25 de Abril, a minha questão prende-se com a situação dos artesãos, que não têm a carta de artesão, actualmente, como é que vai ser essa questão averiguada ou resolvida por parte da Câmara, na atribuição do espaço, hoje contactei a CEART, fiquei muito contente, porque eles disseram que a minha profissão é reconhecida como artesã, esse processo leva algum tempo a tratar, entre dois a três meses, quero pôr essa questão, porque gostaria de ser reconhecida como artesã, apesar de ainda não ter a carteira, mas vou tratar, de a fazer, sei que existe muitas outras pessoas também artesãs, que também estão na mesma situação, eu neste momento como sou das mais novas, estou em mais risco com certeza que os outros e gostaria que a Câmara tivesse alguma atenção a isso, obrigada."-----

Lúcio Pescada: " Boa noite, a minha vinda aqui, prende-se com um assunto que envolve uma certa sensibilidade desta Assembleia, que é a falta de habitação, aliás falta de habitação não existe, existem milhares de habitações que estão fechadas, em que somente são alugadas, três ou quatro meses como alojamento local, vários proprietários lucram bastante com isto, e entretanto as famílias e as pessoas estão a cada vez a abandonar o concelho, e aquelas que ficam por cá estão a pagar rendas exorbitantes, embora não seja uma coisa que seja da responsabilidade desta Assembleia, mas eu gostaria de ver por parte dos senhores, que são responsáveis por parte da Câmara, que houvesse uma preocupação em relação a isto, se à alguma forma de saber como estas coisas poderão proceder nesse sentido, mas se de alguma forma pudessem contactar o Governo, ou fazer pressão nesse sentido, em que nós também, e outras pessoas que estão preocupadas com isto, soubesse que realmente estão a alertar, a alertar o Governo sobre isto, sei que isto vai ser debatido na Assembleia da República, no entanto são muitas pessoas a abandonar o concelho, e também tenho conhecimento de vários casos, de pessoas que vinham para cá trabalhar durante vários anos, na época alta do verão, que entretanto já não vêem, inclusive eu tenho conhecimento de um casal que tiveram cá a trabalhar, durante mês e meio, hospedados num hotel, que não conseguiram arranjar casa, e tiveram que ir embora para outro sítio para trabalhar, isto está a ser muito preocupante, as pessoas cada vez, não tem onde morar, não têm onde ficar, e parece-me ser neste momento para as famílias para as pessoas no geral um problema muito preocupante, muito sério, da parte de quem responsável de tomar medidas em relação a isto, eu sei da parte de umas pessoas que



mais se relacionam, são pessoas que estão bem na vida, bem estabelecidas, são pessoas que têm familiares, conhecidos e amigos que estão a alugar habitações que de uma forma directa, lucram com o alojamento local, de uma forma indirecta com os preços exorbitantes que estão a decorrer no nosso concelho, no entanto isto parece que têm a ver com um equilíbrio na zona baixa, tenho amigos meus e conhecidos que falam em coisas que não se devem ser colocadas em prática, por isso estou a entrar em desespero, eu gostaria de ver da parte do Senhor Presidente ou da parte de quem possa fazer alguma coisa em relação a isto, um sinal em relação ao público, às pessoas, que vão tomar um contacto nem que seja com alguma Entidade, para demonstrar que isto em Albufeira está a chegar a um ponto muito critico, é só isso."-----

Olimpia Sousa: " Só queria dizer que também não concordamos com os lugares que estão a pensar colocar na Travessa Santana, porque nós já estivemos lá em mil novecentos e noventa, inclusive eu e algumas das pessoas que estão aqui, e não vendíamos nada, muito menos agora, a concorrência não era tão grande, muito menos agora que a concorrência é muito maior."-----

Presidente da Câmara: " Eu começo aqui pela Dona Suzel, já tentei escrever no gelo, mas não consegui, não me dá jeito, e daí que poderá ver que isto é uma folha de papel e não é gelo, agora o que é aqui dito, é dirigido aos serviços, mas não é só esse, são muitas situações, e de qualquer modo agradeço ter-me chamado à atenção, uma vez que, quando comunico aos serviços parto do princípio que as coisas são feitas, e portanto são realizadas. Em relação aqui aos restantes, as outras intervenções, portanto tenho aqui muitas sobre a venda ambulante, sem ser a venda ambulante, o que é que eu tenho aqui, tenho aqui o Carlos Coelho com a questão do Giro, da rampa de acesso, dos dois lugares, eu tomei nota dessas questões que levantou, são questões que será dado o devido andamento, em relação aos lugares, eu conheço dois lugares que estão junto á Igreja Matriz, que estão lá, se não são respeitados, isso já é uma questão de Polícia, quanto à rampa de acesso, poderá ser vista essa questão, o Giro como sabe, é uma carreira fundamentalmente urbana, o alargarmos significa transformá-la em interurbana, isso neste momento é objecto de estudo e também está, a parte interurbana está neste momento delegada à AMAL, é quem neste momento trata dessas matérias, no entanto nós não abdicamos do nosso lado, e a questão do Giro é municipal, de qualquer modo agradeço o contributo. Não é só essa a outras questões em relação ao Giro, desde as Fontainhas, também, própria Paderne,



própria Guia, também tem essa pretensão, vamos ver o que é que se pode fazer nessa matéria. Depois, tenho aqui outra preocupação, que é aqui do senhor Lúcio Pescada, em relação à habitação De facto é um problema em Albufeira, nós temos consciência disso, do que eu sei a nível do Governo, parece que vão haver alguns incentivos no sentido de motivar as pessoas a arrendar, designadamente também no ponto de vista fiscal, mas isso é uma matéria que, não só, não é do nosso foro, é uma matéria que já tem acento nas preocupações a nível nacional, a questão do arrendamento e espero que vá a bom porto, a motivação para o arrendamento, e que não seja tudo canalizado apenas para o turismo, mas isso é uma questão que nos ultrapassa, de qualquer das formas é uma preocupação digna de registo, é uma preocupação que nós temos. Os próprios empresários da indústria hoteleira tem essa preocupação, uma vez que têm tido dificuldade em encontrar mão-de-obra, para os seus estabelecimentos hoteleiros, devido à falta de alojamento, neste momento é um problema que temos, e temos consciência disso. Quanto aqui à outra parte que todos colocaram questões, tem a ver com a questão da venda ambulante no Concelho de Albufeira, há um Regulamento, que está aí em sede de vir a ser colocado em vigor, agora as questões que colocam, fundamentalmente as questões que cada um coloca, tem a ver com lugares próprios, como é que vai ser nesta rua, como é que vai ser na travessa tal. Neste momento o que eu tenho para dizer é que não está nada definido, isso vai ser definido em Câmara, através de um Edital, isso já vos foi explicado na reunião de Câmara, portanto neste momento o Regulamento, destina-se apenas a habilitar, o Município a tomar as decisões, que irão ser tomadas, e portanto, foi por isso que eu vos disse na reunião de Câmara pública, para não estarem, nem intranquilos, nem sossegados, irem continuando a acompanhar o processo, porque a questão que vos preocupa mais, é uma questão que não está agora em discussão. O que está agora em discussão é o Regulamento, é criar regras em cumprimento da Lei, porque depois a questão vai se colocada, essas questões que vocês têm, a questão se vão manter o lugar, se não vão manter o lugar, onde é que vai ser o lugar, essas questões vão ser dirimidas em Edital, assim como afixação dos critérios para afixação, eu também já vos disse. Naturalmente que a Câmara, e todos os membros da Câmara, tem uma preocupação essencial com aqueles que são os vendedores ambulantes de Albufeira e portanto dentro dos critérios, que irão ser postos e colocados, será também a questão da antiguidade no exercício das funções no nosso concelho, e portanto nós estamos abertos ainda. O processo não está fechado, a



receber todas as sugestões, no sentido de que nós tomemos as medidas mais corretas, ninguém está aqui para tomar medidas incorrectas, as mais corretas possíveis, as mais justas possíveis, para que esta questão da venda ambulante, seja tratada, seja ordenada, porque é preciso ordená-la, e ao mesmo tempo também impedir alguns excessos que nós temos aí, eu estou-me a referir em concreto à venda de ambulante, que não temos nenhuma forma, de a controlar, excepto através da via regulamentar, portanto isto é o cumprimento de uma obrigação legal, que o Município tem, criar este Regulamento e a seguir, criar por via de Edital, as regras do concurso, os locais do concurso, criar tudo isso. E é por isso que eu vos digo, continuem a acompanhar o processo, já vos disse, fazem muito bem estar à acompanhá-lo, e portanto vai ser feito com a maior transparência possível, e com a audição que naturalmente fazemos das nossas preocupações, no sentido de tentar englobá-las da forma mais justa e correta daquilo que for o designado no concurso, quer da fixação, quer dos critérios, isso tudo no sentido de cumprirmos a Lei, que somos obrigados, e no sentido de também de conseguirmos justiça, aqui dentro da nossa urbe. Nós não somos assim tantos, não somos demais, e portanto vamos ver onde é que nós nos podemos situar, em decisão que naturalmente os senhores irão acompanhar, e irão ver e saber, é isto que eu tinha para dizer. Só para concluir, dizer também que nesta fase em que estamos, a atribuição é meramente discricionária e portanto não obedece a critérios rígidos, fixados, e que precisamos ter esses critérios fixados, são iguais para todos e naturalmente com critérios de selecção, que em princípios irão beneficiar, entre aspas, porque não se pode dizer isto, usar a palavra "beneficiar", por isso é que eu digo entre aspas, aqueles que estão em Albufeira, e que vêm a Albufeira, e que aqui tem as suas vidas, e que fazem da venda ambulante o seu ganha pão."-----

Licínio Pereira: " Boa noite, eu há exactamente um ano, tive aqui por causa de um problema nos Olhos de Água, com as águas pluviais. Eu tenho uma casa na praia dos Olhos de Água, que cada vez que chove, a manilha das águas pluviais volta atrás e inunda-me a casa, dá-me prejuízos, estraga-me máquinas. É um colector de águas pluviais da Câmara, o que é que eu posso fazer? Gostava de saber porque é que aquele colector em vez de tirar as águas para fora, traz as águas para dentro de casa, é só chover um pouco. Quem é que me paga os prejuízos? Não posso estar descansado quando chove. O ano passado, disseram que iam resolver o problema, cada vez que



chove, os colectores ficam cheios de água, e a minha casa inunda, gostava que me explicassem o que posso fazer, obrigado."-----

Presidente da Câmara: " Sim, este assunto não é novo, de facto já cá estive, já recuperei isso, os serviços estiveram lá e pelos vistos não resolveram a questão."-----

Licínio Pereira: " Não estive lá ninguém, senhor Presidente."-----

Presidente da Câmara: " Não estive lá ninguém? Mas nos Olhos de Água, sei que foram feitas intervenções, algumas intervenções, e esse aí, provavelmente ainda não está resolvida."-----

Alexandrina Conceição: "Nos últimos quatro anos, tem sido um inferno naquela baixa, pela concorrência desleal, os pseudo-artistas, e o caos que se montou, além disso eu queria adiantar também aqui, que, gostava muito que a Praça fosse modificada, porque é um sacrifício uma pessoa estar ali e levarmos com quarenta e cinco graus, aquilo parece um autêntico forno com aquelas pedras, e é um sacrifício enorme para nós estarmos ali, nós podemos fritar um ovo, num daqueles assentos, é terrível, é horrível estar a ouvir constantemente os turistas, a dizer que aquilo é feio, que aquilo é horrível, portanto se pudessem fazer uma alteração naquela Praça, umas árvores, um jardim, qualquer coisa porque aquilo realmente está horrível."-----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao período antes da Ordem do Dia. -----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Miguel Pinheiro: "O Bloco de Esquerda queria congratular a acção que vai ser feita pela Quercus e Pata Activa, no dia 9, na praia da Inatel, de sensibilização e limpeza. Achamos que é uma iniciativa que deve ser enaltecida, e iremos apresentar na próxima sessão um voto de congratulação e uma moção sobre o assunto." -----

Francisco Guerreiro: "Quero congratular a eleição de todos os elementos que foram eleitos de Paderne, e desejo um bom trabalho para este novo mandato. Nunca tivemos tantos elementos de Paderne como agora, nesta eleição. Quero deixar a mesma situação aos outros elementos da Assembleia Municipal, e à Câmara Municipal, que procurem fazer o melhor trabalho, para que este concelho vá em frente e que as pessoas não se queixem muito. Porque o que também importa é as pessoas não se queixarem, é sinal que a Câmara está a trabalhar em prol delas. Início de mandato, e vou levantar três situações, sobre caminhos. Alcaria, se passarem lá, o caminho está completamente degradado, cabe uma mão naqueles buracos. Aquilo é urgentíssimo ver



e resolver aquela situação. Não vou falar neste caso mais vez nenhuma, há quatro anos falei em alguns que ainda estão por fazer. Cerca Velha para a Fonte é outra situação que há quatro anos que o caminho está para ser arranjado, está uma desgraça completa. Hoje passei por um caminho, que é de Paderne para o Moinho Novo, e gostava que fossem lá ver, porque só vendo é que dá para acreditar."-----

Presidente da Câmara: "Dizer que em Paderne foram investidos em caminhos mais de quatrocentos mil euros, naturalmente que iremos investir mais em caminhos, em Paderne e nas outras freguesias. Fizemos um esforço muito grande de investimento em caminhos no último mandato, se bem que tivemos pouco tempo, porque como sabe, tivemos dois anos sem poder fazer investimentos, e depois foi começar a lançar os procedimentos, e tudo leva o seu tempo, e lançamos muitos procedimentos em caminhos, ainda estão alguns para ser executados, dentro desses procedimentos que foram feitos e dizer que tomei boa nota, daquilo que disse. Espero que daqui a quatro anos esses caminhos estejam feitos. Agradeço sempre a sua colaboração, está sempre em cima do acontecimento, defende sempre Paderne, e acho muito bem."-----

Indaleta Cabrita: "Em relação à intervenção que o Licínio Pereira fez, quando chove o estabelecimento dele fica inundado, eu sou testemunha disso. Não sei o que acontece naquela zona baixa, está lá dois montes de areia, o que eu, enquanto Presidente de Junta, posso garantir, é que no dia a seguir às chuvas os serviços foram notificados, por escrito. Hoje fui lá novamente, e vi que a situação estava na mesma, e reporte a situação ao vereador do pelouro. Só para que não se fique com a ideia, o público em geral, de que as coisas acontecem nas freguesias e que quem tem alguma legitimidade para reportar estas situações, não vê ou faz que não vê. Vê, alerta e espera, e às vezes espera muito tempo sentado."-----

Presidente da Câmara: "Agradecer a intervenção da Presidente da Junta, as coisas são reportadas e muitas vezes não acontecem, e é bom sabermos disso, é bom que as pessoas nos digam, porque também não conseguimos ir a todo o lado. Já tomei nota, e a Presidente da Junta também já reportou aos serviços, fico satisfeito de saber isso."--
Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos Membros, para consulta, no Gabinete da Assembleia Municipal. -----



ORDEM DO DIA PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

PONTO DOIS

Aprovação da ata da sessão de 8-11-2017; -----
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00)-----

Votos a favor: vinte e dois (22): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Pinto, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Roberto Raposo, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -
A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----

Não estiveram presentes na sessão de 08-11-2017 os membros: Isabel Machadinho, Rui Bernardo e José Estevão. -----

PONTO TRÊS

Eleição de um Membro da Assembleia Municipal a integrar o Júri do Regulamento de Bolsas de Estudo Ensino Superior do Município de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Francisco Oliveira apresenta e lê proposta de Lista A. (Doc. n.º 1 anexo a esta ata) ----

Adriano Ferrão apresenta e lê proposta de Lista B. (Doc. n.º 2 anexo a esta ata) -----

Foram apresentadas duas listas, que colocadas a votação, por escrutínio secreto, verificou-se o seguinte resultado: -----

LISTA A (PS) - doze (12) votos favoráveis; -----

LISTA B (PSD) - doze (12) votos favoráveis. -----

Votos em branco - um (01) -----



Face ao empate verificado, procedeu-se a segunda votação por escrutínio secreto, e verificou-se o seguinte resultado: -----

LISTA A (PS) - doze (12) votos favoráveis; -----

LISTA B (PSD) - treze (13) votos favoráveis. -----

Foi aprovada por maioria a Lista B, apresentada pela bancada do PSD, e foi eleita a deputada Ana Cristina Neves Pinto Oliveira para integrar o Júri do Regulamento de Bolsas de Estudo do Ensino Superior do Município de Albufeira. -----

PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para Fornecimento de Pilaretes e Fixação no Concelho de Albufeira, até ao Limite de 149.000,00 euros + IVA; -----

O ponto foi retirado por solicitação da Câmara Municipal. -----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Direto para Fornecimento Contínuo de Pneus, Câmaras de Ar e Prestação de Serviços Conexos, até ao Limite de 59.160,00 euros +IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: uma (01) Miguel Pinheiro. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Pinto, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Isabel Machadinho, Rui Serôdio, Roberto Raposo, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para a Prestação de Serviços de Transporte Coletivo de Passageiros em Circuitos Não Defenidos, até ao Limite de 208.000,00 Euros +IVA; -----



O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: um (01) Miguel Pinheiro. -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Pinto, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Isabel Machadinho, Rui Serôdio, Roberto Raposo, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Direto para a Prestação de Serviços de Transporte Coletivo de Passageiros em Circuitos Não Definidos, até ao Limite de 4.900,00 Euros + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Miguel Pinheiro. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Pinto, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Isabel Machadinho, Rui Serôdio, Roberto Raposo, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Procedimento por Concurso Público para Aquisição de Serviços para Reconhecimento Geológico-



Geotécnico do Túnel de Desvio de Caudais entre a Ribeira de Albufeira, junto à EM 395 e o Porto de Abrigo - Aprovação de Nova Repartição de Encargos; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Pedro Coelho: "A minha pergunta é porquê que o objecto do contrato é apenas o estudo geológico do túnel, e não é o estudo geológico do túnel mais o estudo geológico dos açudes? A opção dos açudes já foi posta de parte? Essa opção dos açudes tinha algumas mais-valias, entre as quais, o túnel vai ser objecto de estudo de impacto ambiental, e vai ter de estudar alternativas; os açudes permitiram minimizar o aumento de caudais gerados pelo aumento da impermeabilização, aumento da urbanização; e por fim outro ponto, as estruturas de contenção, ou correcção de controlo de caudais, como quisermos designar, estão previstos no PUCA. Não havendo estudos técnicos que o suportem, a sua implementação será sempre adiada, como aliás, já foi adiada durante quatro anos, pois não há suportes técnicos para passar a projectos de obras públicas, ou projectos de obras particulares."-----

Francisco Oliveira: "Penso que inicialmente se tinha pensado na questão das bacias de retenção e do túnel. A ideia com que fico, é que as bacias de retenção são bem mais baratas do que o túnel, não quero dizer que o túnel não seja fundamental, mas podendo ser realizadas muito mais rapidamente e prever determinado tipo de intempéries como tem acontecido nos últimos anos. A questão que se coloca é saber se continua a entender-se que este estudo irá abarcar não só a questão do túnel, mas também a chamada solução mista, ou seja, com as bacias de retenção e o referido túnel. Até porque as bacias de retenção permitirão, nos tempos mais próximos, resolver as questões até que o túnel e a obra no seu todo esteja completa."-----

Presidente da Câmara: "É tudo uma questão de opções, não sou técnico, e a nossa preocupação foi contratar o que é considerado o melhor gabinete técnico em Portugal. O Professor Saldanha Matos, que está a fazer o plano de drenagem de Lisboa, e a Câmara de Lisboa que tem um gabinete técnico muito superior ao de Albufeira não concorda com aquilo que acabaram de dizer, assim como não concorda o gabinete técnico de Barcelona, assim como os de Paris, isto segundo o que o senhor Professor me diz. Ou seja, a solução dos açudes não é uma solução má, mas tem problemas. O primeiro é os recursos humanos, numa fase em que estamos com restrições cada vez maiores, recursos humanos que são obrigados a estar lá, em regime de permanência,



porque nunca se sabe quando temos uma intempérie, em regime de manutenção em permanência, de todos os mecanismos que há ali, este é o primeiro contra. A despesa continua, a manutenção continua, os recursos humanos, e o problema da decisão humana, no momento crucial. Quando à muita água enche e nunca se sabe se a água vai continuar a cair, se é a altura mais adequada para abrir ou não abrir, está sempre sujeito a uma parte instintiva, e portanto sujeita a erro humano. O túnel não, o túnel que está a ser adoptado por todas essas cidades que já andaram com os açudes e com as bacias de retenção, como é o caso de Barcelona, não é que não possam ser um complemento, mas não é a solução. A solução é algo que dispensa quer recursos humanos quer manutenção de meios mecânicos. Esta é a grande solução. A Câmara tem seguido pelos pareceres, já fez a apresentação pública do plano de drenagem de Albufeira, onde ele não exclui a questão das bacias de retenção, mas que dá prioridade ao túnel. O túnel resolve-nos a questão da grande catástrofe que tivemos, que não se volte a repetir, e vai resolver também a questão de podermos aproveitar as infra-estruturas que temos neste momento, que também terão de ser aproveitadas, porque estão ali representados milhões de euros, e a segunda fase do plano, que é a fase de recolha de águas de meia encosta, que irão ser canalizadas para o túnel atual. Este é o tronco maior do plano de drenagem, a parte do túnel, é uma obra que não será visível, será feita toda por baixo de terra, já as outras obras de meia encosta, que se destinarão a retirar todas as águas que escorrem e que vão parar ao centro de Albufeira e canaliza-las todas na direcção do túnel existente. Não está excluída a hipótese das bacias de retenção, mas a estratégia definida foi o túnel e a seguir a recolha de águas de meia encosta, e aí não haverá qualquer obstáculo que possa vir a ser também equacionado fazer-se bacias de retenção, não há nenhum impedimento. Mas o que foi considerado prioritário em termos de objectivos foram estes, primeira fase o túnel, e segunda fase, havendo libertação do actual túnel canalizar para lá as águas de meia encosta, e as bacias de retenção naturalmente que se forem necessárias também poderão ser equacionadas. Mas tem o problema de ter pessoas em regime de permanência, que irão atuar daqui a cinco ou dez anos, terem regime de manutenção permanente, uma série de mecanismos que são necessários, nomeadamente as comportas que têm de estar sempre operacionais, que poderão nunca vir a servir como poderão ser necessárias servir e poderão não funcionar. E se não funcionarem, ou se a decisão humana for errada, podemos ter repetição de catástrofes, e ninguém quer que



isso aconteça. O túnel, de facto, é a grande solução, e disso eu também estou convicto."-----

Francisco Oliveira: "A questão que tinha colocado não era a questão de bacias de retenção versus túnel, era a questão de complementaridade. Porque inicialmente, o Presidente referiu isso, que se poderia optar por uma solução mista, que teria a ver com o túnel e as bacias de retenção. E a pergunta que coloquei foi muito simples, foi saber se este estudo prevê, efectivamente, a questão das bacias de retenção. Isto porque nós há uns tempos, numa Assembleia quando falamos no PUCA, levantaram-se as questões das bacias de retenção e da necessidade efectivamente de terem atenção a alguns terrenos que pudessem ser necessários a essas mesmas bacias de retenção. A questão que se coloca agora, é que tendo em consideração que as bacias de retenção são muito mais baratas por um lado, e são muito mais rápidas de se efectivar, poderia obstar, caso fosse uma solução mista, a que se tivesse que esperar, o tempo necessário para que o túnel estivesse construído. Foi esta a questão que coloquei, não tem a ver com Paris, nem com Barcelona, tem a ver, de facto, com Albufeira, e tem a ver com a forma como resolvemos aqui as questões, em função do que foi referido, pelo Presidente, de que seria uma solução mista, que me parece a mim, não sendo técnico, que seria uma solução razoável, porque nunca se sabe quais são os caudais, mesmo o próprio túnel poderá eventualmente ter o débito necessário ou não ter, mas permitir ter uma salvaguarda para situações bem mais complicadas."-----

Presidente da Câmara: "Quando fui buscar os exemplos de outras cidades foi no sentido de estabelecer como prioritária a questão do túnel, não obstante poder vir a ser equacionada essa questão como complementar, eu não excludo, até porque não sou técnico, sigo aquilo que estrategicamente nos foi a todos explicado, não fui eu que concebi este plano de drenagem, foi o gabinete do senhor Professor, e foi explicado a toda a gente, e o que está aqui em causa não é as bacias de retenção, é apenas o reconhecimento geológico - geotécnico do túnel de desvio de caudais entre a ribeira de Albufeira junto à EN 395 e o Porto de Abrigo, é só isto que está hoje em decisão. Essas questões, acho que são pertinentes, e poderão ser levantadas ao gabinete, ele está sempre disponível para cá vir, se quiserem que venha cá novamente, para colocarem essas questões directamente ao senhor Professor. Não sou eu que vou tomar opções técnicas, não me cabe a mim tomá-las. Ao ouvir o senhor Professor fiquei sempre convencido que esta seria a grande solução."-----



Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Pinto, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Isabel Machadinho, Rui Serôdio, Roberto Raposo, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento das Atividades de Comércio a Retalho e Restauração e Bebidas Não Sedentários do Município de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Francisco Oliveira: "Face a esta situação e face aquilo que foi manifestado pelo público antes de iniciarmos a nossa sessão, a bancada do Partido Socialista propõe que este regulamento baixe a uma comissão para que efetivamente haja um acompanhamento efectivo de toda esta situação, de acordo com os vendedores ambulantes, de acordo com as várias entidades aqui envolvidas, nomeadamente os próprios comerciantes, para que se possa definir o regulamento em condições e de acordo com os vários interesses em causa."-----

Presidente da Câmara: "Isso é uma forma de adiar o problema, é um problema que temos em mãos, saber se é mais vantajoso continuarmos, nós Câmara, porque isto já não vai entrar em vigor este ano, e se é melhor nós Câmara continuarmos a ter o poder discricionário do vereador ou ser a própria Câmara a tomar as decisões. Não estou a ver qualquer substância nessa questão, até porque a questão fundamental que preocupa os comerciantes, não é a questão deste regulamento, mas é mais a definição por edital daquilo que vai ser consignado como lugares e formas de aceder a esses lugares. Parece-me que não é oportuno fazer-se isso, sem prejuízo de poderem fazer a



comissão, fazer sugestões depois para alterem o regulamento, mas era vantajoso que o regulamento entrasse em vigor já para este ano."-----

Presidente da Assembleia: "Levantei uma questão aos serviços jurídicos, mas ainda não tenho resposta. Nós na Assembleia Municipal temos de facto o poder de propor alterações e aprovar alterações aos regulamentos, e eu levantei a seguinte questão: se o regulamento é posto em discussão pública, se nos chega como um documento com alterações que vem decorrentes da discussão pública, saber se as nossas alterações que saem da Assembleia Municipal transformam-no num documento novo, e saber se depois está ou não sujeito a nova remessa para a Câmara Municipal para deliberação e com nova discussão pública. Os serviços não me disseram que não, porque até ao momento ainda não tinha sido levantada esta questão, e espero ter durante esta semana a resposta. A ser assim fará com que as alterações que venham a ser propostas por parte da Assembleia Municipal tenham que ser remetidas para a Câmara para nova discussão pública, isto são trinta dias úteis, o que significaria que na melhor das hipóteses teria de voltar a esta Assembleia Municipal por volta de Março. Portanto deixo à consideração da Assembleia Municipal, porque tem sempre o poder de a qualquer momento propor essas mesmas alterações à Câmara Municipal, e fica aqui esta informação complementar para que se reflecta sobre este assunto, deixo-vos esta informação."-----

Fernando Cabrita: "O edital não vem com o regulamento, pois não? Nem carece de ser aprovado em Assembleia Municipal?"-----

Presidente da Assembleia: "Não."-----

Fernando Cabrita: "Mas seria mais satisfatório se viesse o edital para ficarmos mais dentro do assunto. Perguntava se esse edital pudesse vir na próxima Assembleia, para tomarmos posição, ou pelo menos ficarmos mais dentro do assunto, e votávamos na próxima Assembleia."-----

Presidente da Câmara: "Os serviços ainda não têm isso preparado."-----

Fernando Cabrita: "O regulamento está em absoluta conformidade sobre esta matéria?"-----

Presidente da Assembleia: "Tanto quanto me dizem os serviços, sim."-----

Presidente da Câmara: "Em relação a isso o regulamento foi elaborado essencialmente pela nossa divisão jurídica, foram eles que fizeram a proposta final."-----



Adriano Ferrão: "Dados os passos que foram dados pelo executivo, que aprovou o projecto de regulamento, e depois de ter sido colocado no portal do município, depois de existirem pessoas que colaboraram com o mesmo, depois de ser publicado em diário da república, acho que já é um amplo conhecimento, pelo que nós nos sentimos capazes de responder a este ponto. Mais vale uma base de regulamento, que mesmo tendo em conta que possa acontecer alguma imperfeição, que possa ser necessária rever, a Assembleia tem o poder de rever a qualquer momento qualquer destes pontos, qualquer detalhe e produzir as alterações necessárias."-----

Renato Pimenta: "O edital vem definir os locais de?-----

Presidente da Assembleia: "Vem definir os locais onde serão instaladas as bancas dos vendedores."-----

Renato Pimenta: "E o edital ainda não está definido?"-----

Presidente da Assembleia: "Ainda não está definido."-----

Renato Pimenta: "O regulamento aquilo que faz é definir as regras mas sem os locais?"

Presidente da Assembleia: "O que o regulamento faz é definir as regras do concurso para que as pessoas possam concorrer eos locais são definidos pela Câmara em função do edital, porque se estiver em regulamento a Câmara fica limitada e assim pode sempre ajustar em função dos locais. Tal como da ocupação da via pública, por exemplo."-----

Presidente da Câmara: "Atualmente sem regulamento o vereador do pelouro decide discricionariamente. Através do regulamento será a Câmara Municipal a decidir, a diferença fundamental é esta. E é uma obrigação legal fazer-se isto."-----

Presidente da Assembleia: "Temos uma proposta para que baixe a comissão, apresentada pelo deputado Francisco Oliveira."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: doze (12). Paulo Freitas, Eugénia Baptista, João Silva, Adriano Ferrão, Rui Serôdio, Vítor Vieira, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Gaspar Meirinho, Isabel Machadinho, José Sequeira e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

Abstenções: zero (00)-----

Votos a favor: treze (13): Francisco Oliveira, Fernando Gregório, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Óscar Hilário, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Leonardo



Paço, Roberto Raposo, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, -----
 A proposta de baixar a uma comissão foi aprovada por maioria. -----
Presidente da Assembleia: Cada força política deve indicar o nome dos membros que vão constituir a comissão aos serviços das Assembleia, para que depois se agende a respectiva reunião.-----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Delegação de competência para assunção de compromissos plurianuais no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Francisco Oliveira: "Entendemos em termos gerais que a Assembleia Municipal, que é o órgão fiscalizador, por excelência no município, deve efectivamente manter os seus poderes. Entendemos também que já hoje em dia a Assembleia Municipal é limitada nos seus poderes, tem alguma dificuldade muitas vezes em propostas próprias, encontra-se com dificuldades para, muitas vezes, propor alterações e fazer levar à Câmara determinadas sugestões, e parece-me que o valor que está aqui em causa, o valor de noventa e nove mil euros é um valor considerável, e entendemos que esta competência não deve ser retirada à Assembleia Municipal. Tratando-se, ainda para mais, de uma informação prévia, não entendemos qual a razão que leva a que se retire esta competência, só poderemos entender isto porque o executivo entendeu também retirar uma série de poderes, marcar as reuniões de quinze em quinze dias, e retirar algum poder ao próprio executivo. Votaremos contra e apresentaremos uma declaração de voto."-----

Renato Pimenta: "Essa delegação de competências pode ser revogada quando?"-----

Presidente da Assembleia: "Assim a Assembleia o decida."-----

Renato Pimenta: "Há possibilidade de aquando da tomada de decisão de pagamento ser comunicado aos membros da Assembleia?"-----

Presidente da Assembleia: "A proposta que vem da Câmara prevê precisamente essa comunicação, ou seja, com obrigação de comunicação de todas as despesas que sejam feitas à função de compromissos plurianuais. A única questão tem a ver com os compromissos plurianuais até este valor."-----



Presidente da Câmara: "Eu tenho competência própria para setecentos e quarenta e oito mil euros, ou seja, eu durante um ano, desde que seja dentro do exercício, posso fazer procedimentos até setecentos e quarenta e oito mil euros. O que está aqui em causa é uma autorização até noventa e nove mil euros. Esta proposta não parte de mim, são os próprios serviços que sentem falta que esta proposta passe, porque é uma questão de eficácia dos serviços, enquanto a Assembleia reúne e não reúne, passou quinze dias ou um mês e as coisas já levam tanto tempo a se processar que estes atrasos não são compatíveis com aquilo que pretendemos na administração pública. Basta passar um cêntimo para o ano seguinte que tem de vir à Assembleia Municipal. Se os serviços me dizem que isto de facto atrapalha a administração pública entendo e subescrevo, naturalmente, esta situação. A proposta vem assinada pelos serviços, e dizem-me todos os directores que isto interessa-lhes no sentido de não ficarem parados na sua faculdade, por uma coisa que basta passar um cêntimo para ter de vir à Assembleia. Um dos poderes que mais mexe nesta casa, que é o caso das obras particulares, poderia perfeitamente ter sido delegado mas mantivemos na competência da reunião de Câmara. Não há aqui nada de querer ficar com mais ou menos poderes, a questão é meramente funcional."-----

Adriano Ferrão: "Parece-me que todos os munícipes e contribuintes deste país querem celeridade nos processos, e nós devemos procurar agilizar os processos. Entendo a posição que foi aqui dita, da necessidade da Assembleia Municipal se constituir como esse órgão fiscalizador do executivo, de qualquer forma, temos de ter o bom senso e o equilíbrio de não ser um factor de obstáculo, e de ser um fator de agilização e de eficácia para que os serviços funcionem melhor e correspondam às expectativas dos munícipes, e nesse sentido parece-me muito razoável, dado que a Assembleia vai conhecer todas as despesas."-----

Leonardo Paço: "Acho gira a intervenção do colega, porque faz parecer, para as outras pessoas, que o problema da Câmara Municipal de Albufeira é o funcionamento da Assembleia Municipal. Quando na realidade nós só estamos aqui para fiscalizar, e parece que não nos querem cá para tal, e é sempre tudo a andar."-----

Presidente da Câmara: "Está-me a dizer que parece que é sempre tudo a andar, e que não queremos que fiscalizem? O senhor toma conhecimento para quê? Não é para fiscalizar? Se a Assembleia lhe dá conhecimento é evidente que não lhe está a negar o papel da fiscalização. Estar a dizer isso, que não queremos que fiscalizem? Claro que



queremos que fiscalizem, é o vosso papel, e temos o máximo respeito pela Assembleia Municipal, como a própria Câmara também fiscaliza. Estamos no princípio da transparência absoluta, não há aqui nada escondido. Até parece que a Câmara está a fazer coisas à socapa, pelo que o senhor disse. O que não corresponde à verdade. Isto é muito simples, os senhores querem atrapalhar a acção administrativa façam o favor, podem atrapalha-la, a questão da fiscalização da Assembleia Municipal, não é de forma alguma posta em causa, que isto fique bem claro, está bem patente na proposta, a proposta não é feita por mim, não é feita por nenhum membro da Câmara Municipal, é feita pelos próprios serviços, onde vem lá consignado a obrigação de comunicação à Assembleia Municipal. Portanto, a Assembleia Municipal vai ter todos os elementos para exercer o seu poder fiscalizador, é obrigatório.”-----

Adriano Ferrão: “No meu direito de resposta, recuso completamente a afirmação do membro Leonardo, porque nem eu, nem a bancada do PSD, que são parte integrante desta Assembleia, como o partido mais votado na mesma, queremos deixar de ser parte dela como órgão fiscalizador. Isto é a verdade, por isso recuso a sua afirmação e a sua acusação de que nós estamos a contribuir para uma menor eficácia desta Assembleia. De modo, prove-me que nós somos contra a eficácia desta Assembleia, se é capaz, faça favor.”-----

Leonardo Paço: “Para já o Presidente acabou por dizer precisamente o que já tinha dito antes, e a minha intervenção foi no sentido de que parece que o problema da Câmara Municipal é a Assembleia Municipal, foi essa a minha intervenção. Tudo o resto, são retóricas, e nem sequer respondo.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: treze (13) Francisco Oliveira, Fernando Gregório, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Leonardo Paço, Isabel Machadinho, Roberto Raposo, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: doze (12): Paulo Freitas, Eugénia Baptista, João Silva, Adriano Ferrão, Ana Cristina Pinto, Vítor Vieira, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Helena Simões,



Rui Serôdio, José Sequeira, e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi reprovada por maioria. -----

Francisco Oliveira apresentou e leu declaração de voto. (doc. n.º 3 anexo a esta ata)---
O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto, dos pontos onze e doze e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 7ª Revisão do Orçamento para o ano 2017; -----

PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 7ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2017-2020; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO PONTO ONZE: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: duas (02) Miguel Pinheiro e Renato Pimenta.-----

Ausências: uma (01) Fernando Cabrita. -----

Votos a favor: vinte e dois (22): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Ana Cristina Pinto, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Maria Emília Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Isabel Machadinho, Rui Serôdio, Roberto Raposo, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

VOTAÇÃO PONTO DOZE: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: duas (02) Miguel Pinheiro e Renato Pimenta.-----

Ausências: uma (01) Fernando Cabrita. -----

Votos a favor: vinte e dois (22): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Ana Cristina Pinto, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Maria Emília Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Isabel Machadinho, Rui Serôdio, Roberto Raposo, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia da Guia,



Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto, dos pontos treze e catorze e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO TREZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Orçamento para o ano 2018, incluindo Mapa de Pessoal; -----

PONTO CATORZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, das Grandes Opções do Plano 2018/2021; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Francisco Oliveira: "Relativamente ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, o Partido Socialista tem uma posição construtiva tendo em consideração algumas condições que entende serem fundamentais para o próximo ano. Iremos ler uma declaração de voto relativamente a este ponto, mas queria frisar algumas questões que são fundamentais. Sabemos da necessidade do reforço das freguesias, que é algo que temos falado sempre, sabemos também da necessidade de baixar as taxas e baixar o custo da água, dentro das possibilidades e tendo também em consideração algumas questões, nomeadamente, questões de ruralidade. Há necessidade de fazer alguma discriminação positiva relativamente a algumas freguesias, no sentido de promover determinadas culturas mais antigas, na área da agricultura, mas também fazer alguma discriminação positiva no que diz respeito o IMI, para tentar fixar população em zonas mais desertas, zonas menos povoadas. Parece-nos que alguns sinais poderiam ser dados, nomeadamente no decrescer da derrama, relativamente a empresas agrícolas, e outras empresas com CAE's definidos, são tudo circunstâncias que entendemos que seriam úteis, e deixamos aqui como sugestão para que sejam integradas já na próxima revisão do orçamento. Nesse sentido, o Partido Socialista irá votar a favor, dando sim, um voto de confiança a este orçamento, e a este executivo, no que diz respeito à execução do mesmo, e aguardando que efectivamente, o reforço nas freguesias e toda uma outra série de circunstâncias que venham a ser adotadas durante o próximo ano."-

Pedro Coelho: "Relativamente ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, pretendo efetuar dois comentários. O primeiro referente à desmaterialização dos documentos;



estes documentos são scanados e são-nos remetidos, seria muito mais fácil a consulta se fossem digitalizados. Remetendo-nos um PDF que permitisse fazer comentários ou pesquisas, passando os documentos a ser assinados com assinatura digital pelos membros do executivo. Isto assim, impede qualquer tipo de análise transversal ao orçamento. A outra questão, é referente ao anel verde, na zona de Vale Faro. Existem um conjunto de intervenções que temos de identificar ao longo de várias rúbricas, cerca de quatro, cinco rúbricas, que perfazem um valor de um milhão de euros para a zona de Vale Faro. A pergunta que coloco é qual é o objectivo daquele conjunto de intervenções, em várias rubricas, e se o objectivo é iniciar a construção do anel verde, ou é apenas valorizar os modos em que estão aquela linha de água. E esta questão coloca-se porque aquela linha de água, inicialmente no projecto Polis previa um percurso pedonal e ciclável, entre a cidade e a praia, mas para isso era preciso também resolver a questão dos terrenos com a Inatel. Havendo dotação orçamental disponível para fazer aquisições, não está equacionado no milhão, mas poderia ser equacionado. Em suma, pretendo saber o que se pretende com este conjunto de intervenções."-----

Miguel Pinheiro: "Este orçamento não prevê medidas sociais, quer habitação, quer protocolos de atribuição de verbas para as escolas, e como já foi falado nesta Assembleia, a abstenção dos transportes colectivos de passageiros, por isso o Bloco de Esquerda apresentará uma declaração de voto contra."-----

Adriano Ferrão: "Gostaria de enaltecer o equilíbrio e o bom senso deste orçamento. Parece-me que no período que atravessamos, neste período pós crise, e com grandes obras que irão ser feitas, a manutenção das taxas, todas estas que estão aqui descritas, e que são do conhecimento dos membros das Assembleia, estão nos mínimos. Ouvei falar das escolas, e melhoramentos vão ser realizados com fundos próprios, e sem recurso a empréstimos para estabelecimentos de ensino superior, que estão aqui mencionados. A continuação da rede de estradas e caminhos, os receptores de água, saneamento, luz, enfim, são os serviços que a população mais precisa, e que estão contemplados e que integram este documento bastante equilibrado."-----

Presidente da Câmara: "Há intervenções em escolas, contrariamente ao que me pareceu ouvir, devo dizer que este orçamento é um orçamento com alguma dificuldade em termos de elaboração, uma vez que tivemos diminuição de receitas, e praticamente todas as verbas que estão canalizadas em sede de investimento, são verbas que já estão comprometidas. Houve alguma dificuldade em fazê-lo, é o que temos neste



momento, uma vez que baixamos substancialmente a nossa receita, de IMI, água, são largos milhões de euros que baixamos. Foi o orçamento possível nesta fase. "-----

Presidente da Assembleia: "Gostaria imenso que a documentação fosse desmaterializada, mas é impossível. Tem de ir assim, porque depois tem de estar registada e tem de ir para o Tribunal de Contas, e nós temos de assinar tudo isto. O que vem para os Membros da Assembleia é efectivamente isto digitalizado. E nós não conseguimos fazer mais do que isso, o executivo eventualmente poderia pensar na questão da assinatura digital do executivo, mas não creio que seja para breve e não creio que o Tribunal de Contas aceite."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO PONTO TREZE: -----

Votos contra: um (01) Miguel Pinheiro -----

Abstenções: uma (01) Renato Pimenta -----

Votos a favor: vinte e três (23): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Pinto, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Maria Emília Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Isabel Machadinho, Rui Serôdio, Roberto Raposo, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

VOTAÇÃO PONTO CATORZE: -----

Votos contra: um (01) Miguel Pinheiro -----

Abstenções: uma (01) Renato Pimenta -----

Votos a favor: vinte e três (23): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Pinto, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Maria Emília Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Isabel Machadinho, Rui Serôdio, Roberto Raposo, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Francisco Oliveira apresenta e lê declaração de voto. (Doc. nº 4 anexo a esta ata) -----

Miguel Pinheiro apresenta e lê declaração de voto. (Doc. nº 5 anexo a esta ata) -----

Renato Pimenta apresenta e lê declaração de voto. (Doc. nº 6 anexo a esta ata) -----



PONTO QUINZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Transferência para o ano 2018 dos saldos dos compromissos existentes à data de 31 de Dezembro de 2017; O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Pinto, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Isabel Machadinho, Rui Serôdio, Roberto Raposo, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DEZASSEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Direto para Locação de Módulos Sanitários e outros para Mercados Quinzenais, Feira Franca e outros Eventos do Município de Albufeira;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Pinto, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Isabel Machadinho, Rui Serôdio, Roberto Raposo, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----



PONTO DEZASSETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Direto para Aquisição de Serviços de Hipoterapia (Equitação Terapêutica); -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Isabel Machadinho. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Pinto, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Rui Serôdio, Roberto Raposo, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO DEZOITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Fornecimento Contínuo de Combustíveis Rodoviários, em Postos de Abastecimento Públicos e a Granel, em Portugal Continental, até ao Limite Global de 1.880.850,00 Euros, Mais IVA, ao Abrigo do Acordo Quadro da AMAL (Artigos 257º, 259º, 139º e 146º A 148º do CCP, Aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008 de 29 de Janeiro, na Atual Redação); -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Pinto, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Isabel Machadinho, Rui Serôdio, Roberto Raposo, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de



Paderne, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----
A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DEZANOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para Controlo Analítico Contínuo do Sistema de Abastecimento de Água para Consumo Humano no Concelho de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Miguel Pinheiro: "Gostaria de perguntar se estão previstas situações de emergência, por exemplo, rutura de canos e se vai ser feita a análise dessa situação, e também se a análise vai ser feita com mais regularidade em períodos de verão em que se assiste a um aumento do alumínio na água da rede pública, e por exemplo em casos de legionella, como foi detetado em Lagoa e Faro."-----

Presidente da Assembleia: "A Câmara Municipal de Albufeira tem, ao longo destes últimos anos, sido galardoada como tendo água de qualidade no município, e portanto essa qualidade tem de ter controlos analíticos contínuos e regulares para que consiga manter esses critérios de qualidade. Aqui estamos a fazer a abertura do concurso para que depois o controlo analítico seja feito, e será feito de acordo com os critérios que estão no caderno de encargos do concurso."-----

Miguel Pinheiro: "Introduzi mal a pergunta, a pergunta era porquê que não estão essas situações de emergência e de rutura de canos previstas no caderno de encargos? Numa rutura de canos pode haver contaminação."-----

Presidente da Câmara: "A análise é feita regularmente, portanto se houver essa contaminação naturalmente que será detetada."-----

Miguel Pinheiro: "No caso de rutura de canos, que tenha de ser feita uma análise, só será feita no período regular, ou seja pode ser só passado uma semana?"-----

Presidente da Câmara Municipal: "Sim."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Miguel Pinheiro. -----



Votos a favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Pinto, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Isabel Machadinho, Rui Serôdio, Roberto Raposo, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----
Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:36 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 6 de Dezembro de 2017 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

A SEGUNDA SECRETÁRIA _____

LISTA A

P

Assembleia Municipal de Albufeira

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, na Assembleia Municipal de Albufeira, vem indicar, para a composição do Júri do Regulamento das Bolsas de Estudo do Ensino Superior (Ponto 3 da Sessão de 6 de Dezembro 2017), o membro da Assembleia Municipal:

Dr. Fernando Cabrita

6 de Dezembro 2017

O Grupo Parlamentar




A collection of handwritten signatures in blue ink, representing the members of the Parliamentary Group. The signatures are arranged vertically and are somewhat stylized and overlapping.



ALBUFEIRA 06-12-2017

L.º 10 B

A BANCA DO PSD, NESTA
 ASSEMBLEIA MUNICIPAL, PROPÕE
 A PROFESSORA CRISTINA PINTO PARA
 INTEGRAR O JURI DO REGULAMENTO DE
 BOLSAS DE ESTUDO AO ENSINO SUPERIOR
 DO MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA.


 José António Cabrita


 Helena Helena Simões


 João A.



DECLARAÇÃO DE VOTO

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, na Assembleia Municipal de Albufeira, entendeu tomar uma posição através de uma declaração de voto, relativamente ao Ponto 10 da Ordem de Trabalhos, da Sessão Ordinária de 6 de Dezembro 2017.

O Ponto 10 da Ordem de Trabalhos propõe a delegação de competências para assunção de compromissos anuais de valor até € 99.759,58.

A Assembleia Municipal é por excelência o órgão fiscalizador da Câmara Municipal e do seu executivo, pelo que deverá manter essa sua função nos termos previstos na lei.

De facto, a delegação de competências agora proposta, visa esvaziar ainda mais um órgão que já de si tem atribuições limitadas, nomeadamente quanto à iniciativa de propostas próprias, à alteração dos documentos mais importantes, e à enorme limitação de meios e quadros para exercer a sua função condignamente.

É sabido que o executivo, apesar das promessas eleitorais, de ter uma porta escancarada para todos os munícipes e, naturalmente, para com os órgãos da autarquia, entendeu não só agendar as reuniões de executivo com uma periodicidade de 15 dias, mas também retirar uma grande parte dos assuntos que eram deliberados nas reuniões de executivo, concentrando-os na pessoa do Sr. Presidente.

Na senda do que se fez no executivo, pretende-se, agora, retirar poderes e competências à Assembleia Municipal e, mais uma vez, concentrá-los no Sr. Presidente da Câmara Municipal.

As competências que agora se propõem delegar, estão atribuídas à Assembleia Municipal.

Entendemos que, para um normal exercício e despenho das funções desta Assembleia, é importante que despesas e encargos de valor relativamente elevado sejam escrutinados pela Assembleia Municipal.

Esta é a razão pela qual o Partido Socialista entende votar contra a proposta de delegação de competências, mantendo assim na esfera da Assembleia Municipal a competência para deliberar sobre a assunção de compromissos plurianuais, até ao valor de € 99.759,58.

O Grupo Parlamentar



Ponto 13 / 14

DECLARAÇÃO DE VOTO

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, na Assembleia Municipal de Albufeira, no que concerne ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2018, constantes dos pontos 13 e 14 da Sessão Ordinária, de 6 de Dezembro 2017, vem apresentar uma declaração de voto, o que faz nos termos seguintes:

Considerando: A necessidade de reforçar as freguesias, órgãos de poder local de enorme importância, e de grande impacto nas populações.

Considerando: Que as referidas Juntas estão a enfrentar dificuldades financeiras e de escassez de pessoal.

Considerando: Que o Sr. Presidente da Câmara Municipal se comprometeu a reforçar as dotações das Juntas de Freguesia, conforme consta da Acta de reunião do executivo.

Considerando: Que seria importante a redução dos valores elevados da água e respectivas taxas.

Considerando: Que determinadas freguesias deveriam ser alvo de discriminação positiva, quanto à derrama, no que concerne às actividades agrícolas e outras de cariz essencialmente rural, com a identificação dos respectivos CAE's.

Considerando: Que o IMI deveria ser alvo de discriminação positiva, por forma a fixar populações em zonas menos povoadas.

Vem a Bancada do Partido Socialista, nesta Assembleia Municipal, dar o seu voto favorável ao Orçamento para 2018 e às Grandes Opções do Plano, como prova de boa fé, tendo, porém, como condição, os compromissos assumidos Pelo Sr. Presidente e as condições para, no futuro, se procederem às alterações atrás indicadas.

Estas serão, sem dúvida, soluções equilibradas, e que em muito beneficiarão os munícipes de Albufeira.

O Grupo Parlamentar



Revisto 13/14

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Albufeira, dia 6 de Dezembro de 2017

13 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO, SOB PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, DO ORÇAMENTO PARA O ANO 2018, INCLUINDO MAPA DE PESSOAL

14 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO, SOB PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2018/2021

Declaração de voto

Ainda que esteja prevista uma maior transferência e apoio às freguesias em termos de verba, este orçamento não prevê protocolos de atribuição de verba aos agrupamentos de escolas de Albufeira, não prevê a cobertura total do concelho para transporte colectivo de passageiros e as medidas de apoio à habitação são invisíveis.

Posto isto, e tendo em conta o programa que é defendido pelo Bloco de Esquerda e pelo qual batalhamos, o membro eleito pelo Bloco de Esquerda vota contra o Orçamento Municipal do ano 2018 e as Grandes Opções do Plano 2018/2021.

O membro eleito pelo Bloco de Esquerda na AM de Albufeira
Miguel Pinheiro

Albufeira, 6 de Dezembro de 2017



Ex.mo Sr.
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal
de
Albufeira

Vem a CDU - Coligação Democrática Unitária, quanto ao ponto 13.º e 14.º da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Albufeira, convocada para dia 06/12/2017, nomeadamente, Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Orçamento para o ano de 2018, incluindo Mapa de Pessoal; e, das Grandes Opções do Plano 2018/2021, apresentar:

Declaração de Voto

A CDU abstém-se na votação do Orçamento para o ano de 2018, incluindo Mapa de Pessoal; e, das Grandes Opções do Plano 2018/2021, pelas seguintes razões:

- uma vez que denota-se falta de aposta na Saúde e Segurança, que não sendo da competência da Câmara Municipal de Albufeira, pode a mesma, através de protocolos com os Ministérios e co-financiamento com a Comunidade Europeia apostar na dinamização das mesmas;

- por que se nos levantam dúvidas quanto à legalidade, bem como da necessidade da continuação da aplicação da taxa municipal para a protecção civil.

No restante os documentos mostram-se bastante claros e correctamente elaborados.

Albufeira, 06/12/2017

Renato J. M. M. Pimentas